

**PROJETO DE ORGANISMO INTERNACIONAL  
PNUD BRA / 08 /012**

**PRODUTO 5**

**RELATÓRIO TÉCNICO, DENOMINADO PRODUTO 5, CONTENDO PLANEJAMENTO,  
MODERAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA OFICINA DE AVALIAÇÃO DOS PGTA'S DA  
CHAMADA PUBLICA**

**Janio Nascimento de Aquino  
Consultor**

## 1. Apresentação

O presente documento constitui o quinto relatório técnico de consultoria por produto no âmbito do Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais, Projeto PNUD BRA/08/012. Este Programa constitui-se como instrumento de Cooperação Técnica de alta relevância no apoio ao desenvolvimento e adequação de políticas públicas de reconhecimento, valorização e promoção dos povos indígenas do Brasil diretamente relacionadas à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas. O Programa tem como objetivo fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista, buscando melhorar as condições de vida dessas populações. Os objetivos do projeto BRA 08/012 também se insere no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012).

Neste aspecto, esta consultoria se vincula ao Resultado 1 – Iniciativas de capacitação em produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental em território para Povos Indígenas implantadas; ao Produto 1.2 – Povos indígenas capacitados para a produção sustentável, geração de renda e gestão ambiental dos seus territórios

O objetivo geral desta consultoria é apoiar tecnicamente a Secretaria de Extrativismo de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA no monitoramento da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, assim como contribuir com a formulação de indicadores técnicos de acompanhamento da PNGATI. Os objetivos específicos definidos para alcance dos resultados da consultoria são:

- a) realizar acompanhamento técnico-financeiro dos Acordos de Subvenção da Chamada Pública para PGTAs;
- b) viajar para áreas de execução de projetos da SEDR/MMA; reunir-se com a equipe da SEDR/MMA;
- c) formular e moderar evento de avaliação dos PGTAs;
- d) apresentar relatórios periódicos a equipe da SEDR; apoiar na elaboração de proposta para o GEF;
- e) apoiar na elaboração do eixo Gestão Ambiental Territorial do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE.

As ações da consultoria serão realizadas no âmbito de 5 projetos em execução em Terras Indígenas do Estado do Maranhão com recursos da subvenção, sendo responsável pela execução dos projetos as seguintes organizações indígenas:

- a) Associação Wyty Cate: TI Canela-Povo Canela;
- b) Associação Wyty Cate: TI Porquinhos-Povo Canela;
- c) Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova: TI Governador- Povo Gavião;
- d) Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Guajajara das Aldeias Maçaranduba, Santa Rita, Canoa, Nova: TI Caru - Povo Guajajara;
- e) Associação Ka'apor ta hury do Rio Gurupi - Alto Turiaçu.

Desta forma o relatório está estruturado a partir de uma introdução, seguida de aspectos que caracterizam a chamada pública que deu origem aos projetos de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Estado do Maranhão. Em seguida a descrição de todos os passos relativos a preparação do “Seminário, desafios da gestão de TI nos Biomas Cerrado e Caatinga”, momento em que também foram inseridos na pauta, a avaliação dos Projetos PGTA do Estado do Maranhão. A seguir são descritos os passos metodológicos e de organização de todo o evento que inclui a descrição objetivos do seminário, participantes, programação, dinâmica proposta e utilizada durante o trabalho de grupos, os resultados obtidos, principais lições aprendidas e finalizando este relatório, com a carta elaborada durante o seminário e intitulada: Carta dos povos do Cerrado e Caatinga – desafios para gestão ambiental e territorial das TI. Por fim o registro fotográfico das atividades realizadas.

## 2. Introdução

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), realiza ações desde 2012, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o movimento indígena, no âmbito da implementação da PNGATI. Com isso vem fortalecendo parcerias, articulando e implementando iniciativas para a consolidação da Política em dimensão nacional, mas respeitando a diversidade regional das terras e dos povos. A partir desta estratégia de atuação, o mecanismo de viabilizar ações concretas tem sido por meio de Chamada de Projetos, que neste caso é orientada especificamente para o apoio à implementação da PNGATI no estado do Maranhão.

Esta consideração inicial, nos direciona para o entendimento de que o apoio as ações de políticas públicas voltadas para as questões indígenas, permite evidenciar que as experiências no Brasil relacionadas à gestão territorial por povos indígenas têm demonstrado a necessidade de fortalecimento das estratégias tradicionais de gestão dos territórios indígenas aliando-as a novos mecanismos e instrumentos junto ao Estado e demais atores da sociedade. Isto porque ameaças e desafios ainda há para serem superados. Dentre as principais ameaças e desafios enfrentados pelos povos indígenas podemos citar aspectos vinculados:

a) A integridade das terras indígenas e ao controle sobre acesso ao território; b) às mudanças nos sistemas econômicos (inserção na economia de mercado, produção em escala, novos hábitos de consumo);

c) às mudanças no padrão de ocupação e uso do território (diminuição da mobilidade, concentração populacional devido a acesso a serviços, aumento da população);

d) às alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão (relação com Estado e parceiros, movimento indígena, valorização das questões de gênero e geração).

Em função deste cenário, a PNGATI inaugura um processo de estruturação de uma política voltada para os indígenas de forma a envolvê-los em seus passos iniciais como forma de reconhecimento e apoio a gestão territorial e ambiental, algo que os povos indígenas já praticam em suas terras. Essa política pública cria espaço e traz oportunidades para que povos indígenas e o Estado dialoguem em torno de um objetivo comum e aliem

suas forças para o enfrentamento das dificuldades e desafios que os povos indígenas brasileiros enfrentam nos dias atuais.

No caso do Decreto Presidencial nº 7747 de 05 de junho de 2012, que instituiu a Política, este é fruto de um processo participativo de deliberação e construção de uma política pública com os povos indígenas, representados pelas suas organizações indígenas.

As experiências concretas que antecedem a criação da PNGATI denotam um conjunto de resultados positivos os quais desempenham um papel fundamental no esforço atual de implementar a PNGATI. Dentre algumas destas experiências podemos citar o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI) e a Carteira Indígena, no âmbito do governo federal, dentre outros.

Assim, a PNGATI tem como principais justificativas, considerar todos os avanços obtidos e a necessidade de buscar novos mecanismos e conceitos para garantir que os povos indígenas possam viver bem em seus territórios, com um ambiente equilibrado e com possibilidades de usufruir de seus recursos com autonomia e sustentabilidade.

A PNGATI tem como ferramentas para a gestão territorial e ambiental o etnomapeamento e o etnozoneamento. O etnomapeamento é o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas. O etnozoneamento é o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é um dos instrumentos de implementação da PNGATI. As reflexões das comunidades sobre a situação geral de seus territórios, bem como as formas de uso sustentável dos recursos naturais, o manejo da biodiversidade, assim como a situação de atividades centrais nas áreas de saúde, educação, produção sustentável, entre outras, são discutidas, consensualizadas e sistematizadas nos PGTA. Neste sentido os Planos são os acordos comunitários sobre as estratégias de sustentabilidade das TI, devendo expressar o protagonismo e a autodeterminação indígena na negociação e estabelecimento de acordos - internos, entre as comunidades, e externos, com seus parceiros e vizinhos - que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena e a organização das demandas dos povos em processos de diálogo e negociação com o Estado brasileiro.

### **3. Contexto da Chamada Pública para apoio à elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas(PGTAs) no Estado do Maranhão.**

Um dos instrumentos de operacionalização da PNGATI são as Chamada de Projetos publicadas no ano de 2016 e neste caso, orientada especificamente para o apoio à implementação da PNGATI no estado do Maranhão. Tal iniciativa visa apoiar a implementação e estruturação da PNGATI e a proteção das Terras Indígenas, por meio de ações concretas de gestão territorial e ambiental que contribuam para o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e a valorização de conhecimentos indígenas.

O objetivo desta Chamada Pública é apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do estado do Maranhão. Esta iniciativa é de grande relevância em função dos muitos desafios socioambientais que o estado do Maranhão possui. Dentre estes desafios está a proteção das Terras Indígenas por meio do enfretamento recorrente de invasores tais como posseiros e madeireiros que influenciam na redução do controle e autonomia dos povos sobre seus territórios.

Dentre as atividades previstas no âmbito dos projetos da Chamada Pública estão:

- Oficinas de elaboração de PGTA, que abordem conceitos e técnicas, e mecanismos participativos de construção de etnomapeamento e/ou etnozoneamento;
- Cursos e oficinas sobre instrumentos de gestão ambiental previstos na PNGATI;
- Capacitação de jovens, mulheres e lideranças em gestão e proteção ambiental e territorial;
- Intercâmbios com terras indígenas que possuam PGTA;
- Realização de reuniões, oficinas e encontros que tenham natureza formativa e que permitam às comunidades a construção de entendimentos e acordos sobre a gestão territorial e ambiental e seus objetivos para a TI;
- Apoio a atividades de gestão ambiental pré-existentes, desde que tenham natureza formativa e contribuam, de forma efetiva, para o debate comunitário sobre a gestão e planejamento ambiental da TI, por exemplo, apoio a projetos de prevenção e combate ao fogo e ao desmatamento.

Importante destacar o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e

Comunidades Tradicionais, Projeto PNUD BRA/08/012, como instrumento de Cooperação Técnica, que possui grande importância no apoio ao desenvolvimento e adequação de políticas públicas de reconhecimento, valorização e promoção dos povos indígenas do Brasil diretamente relacionadas à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas. Com a execução deste programa vários avanços foram alcançados por meio de ações desenvolvidas pelo Governo Brasileiro e particularmente pelo Ministério do Meio ambiente – MMA.

O Programa tem como objetivo fortalecer e capacitar povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a produção sustentável e gestão ambiental territorial e promover o aprimoramento econômico do setor agroextrativista, buscando melhorar as condições de vida dessas populações. Os objetivos do projeto BRA 08/012 também se insere no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012).

Em 2013, em parceria com a cooperação internacional (PDPI/KFW/GIZ), o MMA destinou R\$ 4 milhões para apoio à elaboração de 16 planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs) em terras indígenas da Amazônia, dentre os quais estavam inseridos 3 planos para terras indígenas do Estado do Maranhão. Estes últimos foram apenas parcialmente concluídos, em razão, infelizmente, do fim do apoio da cooperação alemã a projetos de povos indígenas no MMA.

<b>PROJETOS PDPI - MARANHÃO</b>			
<b>Associação</b>	<b>Terra Indígena</b>	<b>Valor solicitado (R\$)</b>	<b>Valor executado (R\$)</b>
Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova	Terra Indígena Governador Povo Gavião	251.333,97	190.603,98
Associação Ka'apor ta hury do Rio Gurupi	Terra Indígena Alto Turiaçu Povo Ka'apor	294.253,18	216.148,12

Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Índios Guajajara das Aldeias Mararanduba, Santa Rita, Canoa, Nova	Terra Indígena Caru Povo Guajajara	205.390,46	72.905,82
--	------------------------------------	------------	-----------

Ainda em 2013, o Fundo Amazônia/BNDES, em parceria com o MMA e a Funai, lançou uma chamada pública para apoio à implementação e elaboração de planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas do bioma amazônico. A Chamada selecionou e aprovou 09 projetos para apoio, perfazendo um total de R\$ 77 milhões. Dentre os projetos aprovados, encontra-se o projeto do Centro de Trabalho Indigenista – CTI destinado a apoiar terras Indígenas do AM, do PA e do MA (TI Krikati e TI Governador). Este projeto permanece em tramitação e análise no BNDES.

<b>PROJETO BNDES</b>	
<b>Projeto:</b>	Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
<b>Organização:</b>	Centro de Trabalho Indigenista – CTI
<b>Terras indígenas:</b>	Vale do Javari, Krikati, Governador, Nova Jacundá e Andirá-Marau (AM, MA e PA)
<b>Valor:</b>	R\$ 11.934.540,00
<b>Ações:</b>	Controle e monitoramento do território, manejo de recursos naturais, atividades produtivas, formação de agentes indígenas, etnomapeamento

Outro projeto, apresentado pelo ISPN para as terras indígenas Rio Pindaré, Carú, Awá e Alto Turiaçu, todas do Estado do Maranhão, não foi aprovado na chamada pública do BNDES.

Diante do ocorrido (não conclusão dos projetos do PDPI e não aprovação da proposta apresentada ao BNDES), os representantes indígenas das organizações do Maranhão dialogaram com o MMA, solicitando apoio para a conclusão e continuidade de seus projetos, ressaltando as dificuldades encontradas no Estado para apoio e parcerias junto ao governo e à sociedade civil. Em resposta, o MMA publicou, em fevereiro de 2016, a Chamada PNGATI

MA, destinando, aproximadamente, R\$ 600 mil para apoio à elaboração e/ou finalização de etapas de PGTA. Em abril de 2016, foram aprovados 5 projetos na Chamada, dentre eles os projetos que tinham iniciado seu processo de elaboração de plano de gestão, com o apoio do PDPI, e que não foram contemplados pela chamada do Fundo Amazônia/BNDES:

<b>Projetos aprovados na chamada PNGATI Maranhão com recursos viabilizados em 2 parcelas de desembolso</b>				
<b>Associação</b>	<b>TI</b>	<b>Parcela 1</b>	<b>Parcela 2</b>	<b>Valor Total</b>
Wyty Cate	TI Canela Escalvado Povo Canela	R\$ 59.100,00 (CONCLUÍDA)	R\$ 60.505 Atividades concluídas - em fase de prestação de contas	119.605,00
Wyty Cate	TI Porquinhos'1 Povo Canela	R\$ 61.250,00 (CONCLUÍDA)	R\$ 57.830 Atividades concluídas - em fase de prestação de contas	119.080,00
Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova	TI Governador Povo Gavião	R\$ 72.540,00 (CONCLUÍDA)	R\$ 47.460,00 Atividades concluídas - em fase de prestação de contas	120.000,00
Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Guajajara das Aldeias Maçaranduba, Santa Rita, Canoa, Nova	TI Caru Povo Guajajara	R\$ 58.000,00 (CONCLUÍDA)	R\$ 60.200,00 Atividades concluídas - em fase de prestação de contas	118.200,00
Associação Ka'apor ta hury do Rio Gurupi	Alto Turiaçu	Projeto não contratado em função de problemas internos da Associação		

Inicialmente a chamada pública selecionou cinco projetos a serem desenvolvidos com apoio de recursos para elaboração do PGTA em Terras Indígenas no Estado do Maranhão. No entanto, não foi possível efetivar apoio ao “Projeto Nossa mata, nossa casa, nossa vida”, apresentado pela Associação Ka'apor ta hury do Rio Gurup, em função desta Associação

apresentar problemas internos que geraram instabilidades políticas e de gestão que poderiam comprometer o alcance dos objetivos propostos no projeto, o que não permitiu ao Ministério do Meio Ambiente - MMA em acordo com a FUNAI e em seguida comunicado a própria Associação, de que não seria possível seguir com a liberação dos recursos para implementação das ações previstas.

#### **4. Seminário “Desafios da Gestão de Terras Indígenas nos Biomas Cerrado e na Caatinga.**

A avaliação dos projetos referente à Chamada Pública dos PGTA's do Estado do Maranhão ocorreu inserida nas ações do Seminário “Desafios da Gestão de Terras Indígenas nos Biomas Cerrado e Caatinga”. Momento importante e de maior abrangência que permitiu, sobretudo, intercâmbio de experiências entre os projetos de outros biomas.

Destacamos que a ideia inicial era de realização de um evento exclusivo de avaliação dos projetos PGTA do Maranhão, onde houve a participação direta deste consultor na elaboração da primeira proposta que foi socializada em seguida com a FUNAI e parceiros locais que atuam nas TI. No entanto, em função de limitações de recursos financeiros por parte do MMA e Funai, houve a iniciativa de integrar a avaliação dos projetos do Maranhão com os PGTA's apoiados pela Chamada do Fundo Clima 2015 para PGTA's em Terras Indígenas do Cerrado e Caatinga. Nesta perspectiva, muitos outros parceiros contribuíram no planejamento, elaboração e coordenação do Seminário que será aqui descrito. Desta forma a avaliação dos Projetos da Chamada Pública do Maranhão ocorreu no âmbito Seminário: “Desafios da Gestão de Terras Indígenas nos Biomas Cerrado e Caatinga”.

##### **4.1. Objetivo Geral**

Trocar experiências vividas e aprendizados gerados com a elaboração de projetos de PGTA's no Cerrado e Caatinga, analisando também a interface da gestão territorial e ambiental com as mudanças do clima nas Terras Indígenas.

##### **Objetivos Específicos:**

- Promover o diálogo entre as experiências dos PGTA's;
- Refletir sobre os PGTA's como ferramenta para fortalecimento das TIs;
- Discutir estratégias para continuidade das iniciativas e implementação da PNGATI no Cerrado e Caatinga;

- Promover reflexões sobre os instrumentos de gestão ambiental e territorial que contribuam com a busca de soluções / respostas para lidar com os impactos das mudanças do clima vivenciados nas TIs.

#### **4.3. Participantes**

- Representantes - 8 projetos da Caatinga
- Representantes - 6 projetos do Cerrado
- Representantes (10 indígenas e 2 técnicos) projetos do Maranhão
- Representantes da FUNAI - 8 (Coordenadores regionais) + 6 representantes do DF
- 8 ISPN
- 6 MMA, ICMBio e Ibama

#### **4.4. Data e local**

- 25, 26 e 27 de setembro de 2018. O Seminário foi realizado no Instituto São Boa Ventura, SGAN 915, Asa Norte – Brasília-DF

#### **4.5. Carga Horária**

A carga horária foi de 24 horas.

#### **4.6. Planejamento para realização do Seminário**

O planejamento do seminário foi feito com base num processo de articulação interinstitucional e multidisciplinar, envolvendo FUNAI, MMA, ISPN e organizações indígenas para que o máximo de aproveitamento fosse obtido, considerando ser este evento, um raro momento de encontro de várias representações governamentais, não governamentais e de legítimos representantes indígenas para tratar de assuntos de alta relevância para todos os envolvidos. Com base nesses aspectos, uma síntese de toda organização do evento envolve as ações de elaboração do roteiro metodológico e de planejamento do seminário, discussão dos temas que serão tratados, escolha do local, mobilização dos participantes e logística de recepção e acolhimento de todos os participantes.

Com relação a metodologia adotada, esta propiciou a participação efetiva dos indígenas tanto no processo narrativo das experiências vivenciadas, quanto nas formas encontradas para superação dos desafios para realização das diversas atividades de

elaboração do PGTA em cada projeto. Desta forma, os momentos temáticos propostos foram trabalhados a partir do processo participativo, em que os integrantes do seminário foram estimulados a realizar a análise do processo de elaboração dos PGTAs, assim como os resultados obtidos durante toda a trajetória de execução das atividades. Todos os passos metodológicos durante o seminário, foram devidamente orientados por moderadores que propiciaram a organização com o máximo de aproveitamento das contribuições dos participantes. Desta forma foram planejados os seguintes momentos do Seminário:

Para o primeiro dia (25/09/2018) foi planejado pela manhã a abertura do seminário com a boas vindas feitas pelos representantes da FUNAI e MMA. Em seguida a formação de uma mesa de abertura do evento composta por representantes da ISPN, representante do Fundo Clima/MMA, Diretor da DPDS/Funai, Secretária da SEDRS/MMA, representante do movimento Indígena e o Presidente da Funai. Em seguida, um rápido momento de lançamento do vídeo sobre os PGTAs.

Para a tarde do mesmo dia, inicialmente uma exposição sobre o Panorama acerca dos projetos apoiados pelo Fundo Clima. Em seguida foram organizados trabalho em grupos, onde os referidos grupos foram definidos tendo como base os Biomas no evento representados. Desta forma ficaram os seguintes grupos: grupo do Cerrado, grupo Caatinga e grupo Maranhão. A orientação para as atividades dos grupos foram definidas da seguinte forma:

Passo 1 - Apresentação dos projetos – onde cada moderador dividiu o tempo disponível entre os projetos (entre 10 e 15 minutos). 10 Minutos Cerrado e Caatinga / 15 minutos Maranhão.

Passo 2 – Nos 30 minutos finais, moderador estimulou uma reflexão sobre lições que se podem extrair, após o conjunto das apresentações.

Passo 1- Apresentação dos projetos

Com ajuda de banner ou cartaz os participantes falaram de cada projeto tendo as perguntas orientadoras abaixo como apoio – a ideia era deixar os participantes a vontade para apresentar seus projetos.

- a) Título do projeto e objetivo (portfólio) - O que o projeto pretendia realizar?
- b) O que o seu projeto conseguir concretizar?
- c) O que deu certo e vale a pena reforçar no futuro?

d) Quais as dificuldades encontradas na execução? Como elas foram enfrentadas / resolvidas?

A relatoria registrava principalmente os aprendizados e reflexões sobre a prática. Após cada apresentação recomenda-se abrir um momento para perguntas comentários dentro do tempo disponível para o projeto.

#### Passo 2 - Reflexão coletiva

Em seguida, a ideia foi a realização de uma roda de conversa sobre quais as principais lições poderiam ser extraídas das apresentações em relação aos PGTAs como instrumento de fortalecimento das TIs.

Por fim, foi realizada a socialização dos resultados dos trabalhos em grupos, onde cada grupo teve 10 minutos para apresentar uma síntese com os destaques, principais reflexões geradas no grupo. Logo a seguir foi houve a realização de um debate coletivo, buscando uma síntese do dia e extrair as principais lições geradas pelos PGTAs , enquanto instrumento de fortalecimento das Terras Indígenas.

Para o segundo dia (26/09/2018), as atividades iniciaram com a organização de uma mesa redonda: Gestão Territorial e Ambiental e as Mudanças no Clima a partir da perspectiva dos Povos Indígenas. Em seguida, a realização de trabalho em grupos para discussão do tema: Impactos das Mudanças no Clima nas Tis. Para isso, novamente 03 grupos: Cerrado, Caatinga e Maranhão foram definidos. As questões apresentadas discutidas foram as seguintes:

1. A partir da sua percepção, como as mudanças do clima estão afetando a vida das comunidades?

2. Como estão lidando com essas mudanças?

O passo a passo seguido apresentou as perguntas coladas em painel, cada dupla do projeto faz um cochicho de 10 minutos para responder as questões. As respostas foram escritas em tarjetas – cada resposta em uma tarjeta. Para a resposta da questão 1 foi usado uma cor; Para a 2 usar uma segunda cor.

Ao final foi estimulado um olhar geral sobre o painel para identificar as questões comuns.

Por fim, foi escolhido um representante indígena para apresentar o painel do grupo.

Na parte da tarde, a atividade foi definida para construção coletiva sobre o tema: Estratégias para vencer os desafios da continuidade e implementação dos PGTAs no

Cerrado e Caatinga. Outro tema abordado foi analisar a seguinte questão: Quais estratégias podemos ter para implementar e consolidar os PGTAs, em relação a(o)s:

- ✓ Arranjos de implementação (Financiamento e governança)
- ✓ Proteção e vigilância territorial
- ✓ Recuperação e proteção das nascentes (Recursos hídricos e acesso à água)
- ✓ Produção sustentável e segurança alimentar
- ✓ Educação (formação para gestão territorial e ambiental)
- ✓ Cultura – valorização do patrimônio cultural material e imaterial
- ✓ Regularização fundiária
- ✓ Impactos dos grandes empreendimentos.

No terceiro e último dia do seminário foi destinado para apresentação da sistematização dos resultados colhidos durante o Seminário assim como uma avaliação.

No período da tarde foi programada uma visita ao Memorial dos Povos Indígenas e uma visita à exposição “Os Primeiros Brasileiros”. Em seguida, foi feita a Leitura do Documento Orientador e um momento de lançamento dos PGTAs já finalizados e o fechamento do seminário com um coquetel.

A síntese da estruturação da programação do Seminário ficou da seguinte forma:

#### 4.7. Conteúdos Temáticos

<b>Programação – dia 25/09, terça-feira</b>	
<b>Horários</b>	<b>Atividades</b>
9h-9h30h	Boas Vindas
9h30-10h30	<b>Mesa de Abertura:</b> Juliana Simões - SEDRS/MMA, Fabio Vaz - ISPN Fundo Clima/MMA, Rodrigo Falleiro Paranhos - DPDS/Funai; Fundo Clima e Movimento Indígena  <b>Lançamento do vídeo sobre PGTAs</b>
<b>10h30-10h45</b>	<b>Intervalo</b>
10h45-12h15	Instalação da oficina e apresentação dos participantes
12h15-14h	<b>Almoço</b>

<b>Programação – dia 25/09, terça-feira</b>	
<b>Horários</b>	<b>Atividades</b>
14h-14h45	<b>Panorama sobre os projetos apoiados pelo Fundo Clima:</b> João Guilherme Nunes Cruz - ISPN e Vera Olinda Sena – Funai
15h-17h	Trabalhos em grupos: os projetos e seus aprendizados
17h-17h40	Socialização dos trabalhos em grupos
17h40-17h50	Comissão de Elaboração do Documento
18h	Avaliação do Dia

<b>Programação - Dia 26/09, quarta-feira</b>	
<b>Horários</b>	<b>Atividades</b>
8h30	Dinâmica de Bom Dia
8h45-10h	<b>Mesa redonda: Gestão Territorial e Ambiental e as Mudanças no Clima a partir da perspectiva dos Povos Indígenas:</b> Sineia Vale (CIR), Estevão Bororo (FEPOIMT)
10h-10h15	<b>Intervalo</b>
10h15-11h15	Trabalhos em grupos – Impactos das Mudanças no Clima nas TIs 03 grupos: Cerrado, Caatinga e Maranhão
11h30-12h	Plenária – Impactos das Mudanças no Clima
12h-14h	<b>Almoço</b>
14h-18h	Construção coletiva: Estratégias para vencer os desafios da continuidade e implementação dos PGTA's no Cerrado e Caatinga.

<b>Programação - Dia 27/09, quinta-feira</b>	
<b>Horários</b>	<b>Atividades</b>
8h30	Dinâmica de Bom Dia!
9h00	Apresentação da sistematização dos resultados

	colhidos durante o Seminário
11h	Avaliação do seminário
12h	<b>Almoço</b>
<b>13h45</b>	Saída para o <b>Memorial dos Povos Indígenas</b>
14h00	Visita à Exposição “Os Primeiros Brasileiros”
<b>16h00</b>	Leitura do Documento Orientador <b>Apresentação das publicações dos PGTA</b> Coquetel de encerramento

## 5. Panorama sobre os projetos

Foram definidos três grupos para realizarem as devidas tarefas previstas no planejamento e metodologia do Seminário (Grupo de trabalho do Cerrado, Grupo de trabalho Caatinga e Grupo de trabalho Maranhão), no entanto, abordaremos aqui apenas os resultados do Grupo do Maranhão, por ser este, o objeto deste relatório de consultoria. Este momento na verdade foi utilizado para avaliação dos projetos PGTA Maranhão, uma vez que este foi o espaço obtido para tal avaliação.

### 5.1. Orientações para a prática Grupo Maranhão

Coordenadores	Participantes do grupo Maranhão
<b>Moderador:</b> Rodrigo Medeiros - MMA <b>Relator:</b> Janio Aquino - MMA	Dorli Bandeira Com – Xi – TI Governador Rubens Sansão Guileto – TI Governador João Carneiro Bandeira Gavião – TI Governador Carlos Lisboa Travassos – Assessor Técnico TI Caru Rosilene Guajajara de Sousa – TI Caru Antônio Wilson Guajajara – TI Caru José João Woopoc Canela – Escalvado Olimpio Tute Canela – TI Porquinhos Paulo Thugran Canela – TI Porquinhos

	Arlete Bandeira – Presidente da Associação Wytycate - Timbira Renan Henrique Chaves Messias – Assessor técnico Projetos Kanela Vladimir Rodiporo Canela – Escalvado.
--	--

Passo 1 - Apresentação dos projetos – O moderador dividiu o tempo disponível entre os projetos (entre 10 e 15 minutos).

Passo 2 – foi destinado um tempo de 30 minutos no final para debate e reflexão sobre lições que se podem extrair, após o conjunto das apresentações, em seguida foi preparada a apresentação do grupo que foi compartilhada na plenária.

Apresentação dos projetos.

Para apresentação dos projetos foi sugerido o seguinte roteiro de questões:

- a) Título do projeto e objetivo - O que o projeto pretendia realizar?
- b) O que o seu projeto conseguir concretizar?
- c) O que deu certo e vale a pena reforçar no futuro?
- d) Quais as dificuldades encontradas na execução? Como elas foram enfrentadas / resolvidas?

Após cada apresentação, foi aberto um momento para perguntas comentários dentro do tempo disponível para o projeto. Em seguida foi realizado um momento de reflexão coletiva e preparação da apresentação para plenária que foi feita por indígenas.

Desta forma os seguintes resultados do grupo Maranhão foram obtidos:

- **Projeto ZawxiperKwer kà a Karu jexakar wa** – Guardiões da floresta da Terra Indígena Caru, coordenado pela Associação Indígena Comunitária Wirazu dos Guajajara das Aldeias Maçaranduba, Santa Rita, Canoa, Nova.

#### 1. O que o projeto pretendia realizar?

- Inicialmente surgiu como proposta de discutir o território e como enfrentar as ações frequentes de desmatamento, até então muito intensos;
- As ações de desmatamento por parte de populações vizinhas não indígenas influenciaram negativamente muitas lideranças indígenas para que estas permitissem a retirada de madeira e por conseguinte o desmatamento;

- O projeto surge nesse contexto de tentativa de rompimento nessa estrutura de atividade ilícita junto a madeireiro e pecuaristas da região do entorno do território indígena;
- O PGTA surge como alternativa e possibilidade para reverter esse cenário e com isso surge também os guardiões da floresta;
- Surge ainda as guardiãs. Um conselho das mulheres como reforço ao fortalecimento da estratégia de defesa do território. Em seguida, deixaram de ser conselho e avançaram para o papel de ações a corpo a corpo e de sensibilização junto aos povoados do entorno com a promoção de oficinas junto aos povoados e com isso já implementando o PGTA. Desta forma se consolidaram como as guardiãs da floresta.

## **2. O que conseguiu concretizar**

- Fortalecimento do trabalhos dos guardiões, mas também das guardiãs da floresta como forma de proteção do território e que migrou para um processo de educação ambiental;
- Maior relação e envolvimento dos Awá para fortalecimento do PGTA e do território;

## **3. O que deu certo e vale a pena replicar**

- O maior destaque foi para o fato de que a medida que as ações de elaboração do PGTA eram realizadas, ao mesmo tempo sua implementação também ocorria, como no caso da ação da guardiãs da floresta que atuam na proteção do território. As guardiãs realizaram diversas atividades de sensibilização e capacitação em diversas temáticas ambientais com o intuito de gerar conhecimento e respeito por parte dos moradores do entorno, não apenas aos povos indígenas, mas sobretudo, ao território e seus recursos naturais.

## **4. Quais as dificuldades na execução? Como foram enfrentadas.**

- Quantidade de agenda demandada aos representantes da Associação indígena com diversos projetos: termo de cooperação da FUNAI entre os povos indígenas da região;
- PBA, gerou impacto e maior vigilância dos indígenas;
- Agenda na área de saúde que sempre demanda bastante tempo e empenho das lideranças indígenas;
- Entendimento do que é o PGTA, somente já no final da elaboração que houve maior conhecimento sobre o projeto;

- Relação com consultores contratados, que geraram muitas tarefas técnicas para os indígenas e isso foi um desafio, por que as tarefas não foram cumpridas em função das dificuldades de compreensão por parte dos indígenas, das tarefas técnicas lhes atribuídas;
- Os indígenas envolvidos no projeto PGTA não conhecem efetivamente as ações do projeto, não sabem exatamente o que é o PGTA;
- Interferência da FUNAI em não admitir que os Guajajaras se relacionassem com os was;
- Ausência de apoio técnico para promoção de momentos de alinhamento sobre o que é o PGTA.
- Incluir com maior ênfase os centros de trabalho (pequenas roças), o que para isso foram feitos vários acordos entre os indígenas.

A **Associação Wyty Cate**, coordena dois projetos desenvolvidos em duas terras indígenas Kanela (Porquinhos e Escalvado). Neste caso, a avaliação aqui foi feita para ambos os projetos:

- **Projeto IkréréKwjy:** Guardiã das Tradições - TI Porquinhos - Povo Canela.
- **Projeto PGTA Pytàkwjy:** A protetora do povo Kanela (Escalvado).

### **1. O que o projeto pretendia realizar?**

- Desde o início a intenção sempre foi elaborar os PGTAs como uma forma de plano de vida e estratégia de defesa do território.

### **2. O que conseguiu concretizar**

- PGTA construído pela comunidade de forma participativa;
- Elaboração do etnozoneamento;
- Elaboração do etnomapeamento;
- Elaboração do calendário etnoambiental, refletindo como os Kanelas utilizam seu tempo para: ciclos de caçada, época de produção, variedade de sementes, folhas etc);
- Identificou com clareza as formas de ocupação do território;
- Participação importante das mulheres nas atividades de elaboração do PGTA;
- Diversos estudos realizados que apontam para maior conhecimento do potencial do território.

### **3. O que deu certo e vale a pena replicar**

- PGTA como instrumento potencial de acesso as políticas públicas;
- Forte poder de mobilização interna por parte dos aldeões;
- Acordos internos firmados;
- Em Porquinhos, a elaboração do PGTA contribuiu para o fortalecimento da mobilização interna dos indígenas, assim como das relações intergeracionais.

### **4. Quais as dificuldades na execução? Como foram enfrentadas.**

- Consultores contratados, porém, sem conhecimento sobre o que é PGTA;
- Produtos não tiveram validade (sem qualidade);
- Posto de fiscalização (porquinhos) não concretizado;
- Gestão de projetos por parte da equipe da Funai bem precária e equivocada;
- FUNAI do Estado de TO não colaborou muito com as ações do PGTA.

Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova coordenadora **do Projeto Me ejcytji him pex txy- O resgate da proteção territorial feita pelos anciões.** Povo Gavião – TI Governador.

#### **1. O que o projeto pretendia realizar?**

- Em primeiro lugar apresentar o que a aldeia sempre quis demonstrar com TI organizada, como também obter uma forma de enfrentamento das constantes invasões que ocorrem na TI;
- Buscar um instrumento que apresentasse as propostas, os objetivos dos indígenas;
- Contribuir para apresentar propostas para os governantes locais e nacionais;
- Elaborar um plano de vida.

#### **2. O que conseguiu concretizar**

- PGTA contribuiu com suas atividades para que jovens, anciões e mulheres conhecessem o potencial de recursos naturais da TI (fontes de água, frutas, caça);
- Possibilitou a recuperação de animais quase instintos;
- PGTA fortaleceu o objetivo do povo gavião em ampliar da TI Governador;
- Conhecer a história e a cultura do povo gavião com participação de mulheres e jovens;

- Fortalecimento da Associação como também de todo o povo Gavião durante o processo de mobilização de todos os aldeões.

### **3. O que deu certo e vale a pena replicar**

- PGTA como instrumento que fortalece a ideia de ampliação da TI Governador;
- Propiciou maior conhecimento da história e a cultura do povo gavião com envolvimento de mulheres e jovens;
- Propiciou o fortalecimento da Associação como também de todo o povo Gavião;
- Realização de diagnósticos importantes acerca das potencialidades naturais do território;
- Elaboração do plano de ação.

### **4. Quais as dificuldades na execução? Como foram enfrentadas.**

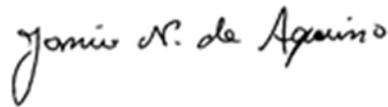
- Entendimento do que é o PGTA;
- Poucos recursos financeiros;
- Foram feitas poucas oficinas. Há necessidade de fazer um maior número de eventos que envolva mais pessoas da TI e com isso maior conhecimento em diversas outras áreas, com na gestão de projetos por exemplo;
- Burocracia para prestação de contas;
- Poucos recursos para construção das atividades do plano, mas algumas aldeias querem recursos para festas culturais;
- Dificuldades na prestação de contas.

O passo seguinte foi sintetizar, a partir de todas as apresentações e respostas as perguntas como demonstradas acima, **quais lições poderiam ser extraídas das apresentações em relação aos PGTA como instrumento de fortalecimento das Tis. A síntese ficou pontuada da seguinte forma:**

- Experiência na gestão de projetos e governança da associação e dos parceiros (assessorias);
- Fortalecimento institucional das organizações indígenas;
- Fortalecimento dos acordos internos – processos políticos internos/mobilização das comunidades;
- PGTA contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas;

- Necessidade de maior assessoramento por parte do MMA/FUNAI sobre o que é o PGTA, qual a concepção do PGTA;
- PGTA como instrumento pedagógico/formação de gestores dos territórios e das associações indígenas;
- PGTA como instrumento de acesso às políticas públicas;

Durante o evento, os participantes do Seminário elaboraram a *Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas*. No documento são pontuados uma série de questões importantes e que permeiam as preocupações e aspirações dos povos que habitam os biomas envolvidos, mas sobretudo, procuram marcar sua importância, contribuições feitas e ao mesmo tempo buscam melhores condições de continuarem desenvolvendo ações que qualifiquem ainda mais a proteção desses biomas ao mesmo frágeis, mas fundamentais para vida dos povos e do próprio meio ambiente.



**Janio Nascimento de Aquino**  
**Consultor**

## **Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas**

Os biomas Cerrado e Caatinga, riquíssimos em biodiversidade e provedores de importantes serviços ambientais, encontram-se há séculos ameaçados por vários ciclos econômicos e atualmente sofrem com o avanço do agronegócio e de grandes projetos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, apresentam alta vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima, que ameaçam tanto os ecossistemas como o bem-estar de suas populações.

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul. Representa um quarto do território brasileiro e compreende uma área de aproximadamente 2.000.000 km<sup>2</sup>, abrangendo 12 estados. Além disso, está presente através de enclaves nos biomas da Mata Atlântica, Caatinga e Amazônia. Embora detenha 5% de toda a biodiversidade mundial, nas últimas cinco décadas 48% de sua cobertura nativa já foi convertida em monoculturas. As 109 Terras Indígenas que estão no Cerrado correspondem a uma área de 8.876.227 ha, isto é, 4,35% do bioma, além de outras áreas em reivindicação e regularização. Elas são as áreas mais preservadas e têm um papel fundamental para a conservação ambiental do Cerrado. Em um cenário de transformações sociais e de pressões externas, a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Cerrado é uma agenda estratégica para os povos indígenas e para o país.

A Caatinga é o bioma predominante na região nordeste, ocupa 844.453 Km<sup>2</sup> e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Entre os biomas de clima semiárido do mundo, é o mais biodiverso, com uma grande riqueza de ambientes de flora e fauna que caracterizam a paisagem de 10 estados do Brasil. 45 povos habitam hoje a Caatinga, com uma população em torno de 90 mil habitantes. São 36 Terras Indígenas em diferentes situações fundiárias, numa área total 139.086 ha. Elas têm em comum a característica de serem áreas reduzidas e sofrerem intensas pressões de projetos de mineração, agropecuária, hidroelétricas, usina nuclear, parques eólicos, linhas de transmissão de energia, rodovias, ferrovias, entre outros, que geram degradação sociocultural e socioambiental.

Os territórios indígenas cumprem papel central na conservação do Cerrado e da Caatinga e conectam diferentes biomas do país. Prestam importantes serviços ambientais como a manutenção de recursos hídricos, contenção do desmatamento e redução das emissões de carbono na atmosfera. Além de serem as áreas protegidas mais bem conservadas nesses biomas, os povos desses territórios são detentores de conhecimentos e de práticas tradicionais de manejo, recuperação e conservação dessa biodiversidade.

Diante desse cenário, a Funai, em parceria com o MMA e o Fundo Clima, lançou em 2014 a Chamada Pública Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Edital nº 001/2014 – BRA PNGATI 13/019). A ação visou apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs nas Terras Indígenas dos biomas Cerrado e Caatinga e selecionou catorze projetos, que contemplaram vinte e uma Terras Indígenas dos povos Terena, Karajá, Xavante, Bakairi, Kaxixó, Tapeba, Kapinawá, Xakriabá, Tremembé, Tapuio, Xerente, Pankararu, Kambiwá, Guajajara. Esses projetos abrangeram 785.152 ha no Cerrado e 65.621 ha na Caatinga, alcançando aproximadamente 39 mil pessoas nesses dois biomas.

Considerando ainda esse contexto, com base no resultado da Chamada de Apoio a Elaboração e Implementação de PGTAs do Fundo Amazônia, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA constatou a necessidade de elaborar um edital específico para o estado do Maranhão. Em 2016, com recurso do BRA 08/012 do MMA, a SEDR lançou edital Chamada Pública de Apoio a PGTAs no Estado do Maranhão. Para essa chamada, foram selecionados cinco projetos nas Terras Indígenas Caru, Governador, Canela, Porquinhos e Turiaçu.

Os instrumentos de gestão resultantes desses projetos sistematizaram um conjunto importante de informações sobre os contextos socioambientais vividos por esses povos e indentificaram potencialidades, ameaças, indicando ações relacionadas aos temas abaixo:

### **1. Arranjos de implementação (Financiamento e governança)**

- Garantir a criação de um fundo para implementação da PNGATI a fim de viabilizar a execução dos PGTAs já elaborados e apoiar a elaboração de novos PGTAs, priorizando o Cerrado e a Caatinga e incluindo a Mata Atlântica, Pantanal e os Pampas.
- Diversificar os financiamentos para outros ecossistemas e paisagens além da Amazonia.
- Criar modalidades de formentos e apoios que possibilitem o acesso direto das associações indígenas e promover formações em gestão de projetos.
- Incidir politicamente para acessar recursos que já estão disponíveis, como o ICMS Ecológico e outros, para promoção da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas nos respectivos biomas.
- Garantir que orçamentos anuais já existentes (LOAs, PPAs, PII, etc.) contemplem a execução de projetos.

### **2. Proteção e vigilância territorial**

- Criar e fortalecer a formação dos indígenas agentes ambientais, valorizando as práticas tradicionais de gestão, e garantir a aquisição de equipamentos (drones, imagens de satélite, sistema de comunicação, etc.) e estrutura física de apoio e insumos para ações de vigilância.
- Buscar mecanismos de proteção para impedir ou dificultar o acesso de facções criminosas dentro das Terras Indígenas.
- Fortalecer e tornar permanente as brigadas indígenas.

### **3. Recuperação e proteção das nascentes (Recursos hídricos e acesso à água)**

- Promover formação técnica e política em gestão das águas a fim de aumentar a inserção indígena nos comitês de bacias hidrográfica e incidência nas mobilizações indígenas.
- Fortalecer e implementar a disseminação de tecnologias sociais para captação e usos da água em quintais produtivos.
- Revitalizar nascentes, matas ciliares e bacias hidrográfica, além de valorização e registro das formas tradicionais de manejo de nascentes.
- Promover redes de sementes e mudas de espécies nativas e agroflorestais para recuperação ambiental.
- Usos de práticas agrícolas tradicionais e outras práticas que favoreçam a permanência de água nos territórios
- Repensar o manejo integrado de fogo dialogando com práticas tradicionais.

### **4. Produção sustentável e segurança alimentar**

- Valorizar produtos da sociobiodiversidade.
- Fortalecer o produto indígena por meio de selos identificadores.
- Promover autonomia e segurança alimentar através de sementes crioulas, tradicionais, apropriadas.
- Promover redes e bancos de sementes crioulas para a produção agroecológica das Terras Indígenas.

- Promover intercâmbios sobre técnicas produtivas adaptadas às mudanças do clima e áreas degradadas associados a planos de mitigação e convivência com o semiárido e Cerrado.
- Fortalecer os sistemas produtivos tradicionais para garantir a autonomia alimentar.
- Incentivar a implantação de sistemas agroecológicos e quintais produtivos.
- Assistência técnica contextualizada (ATER, VIGISUS, Carteira Indígena etc).

#### **5. Educação - formação para gestão territorial e ambiental**

- Incluir e intensificar a temática da gestão territorial e ambiental nos Plano Político Pedagógico das escolas indígenas.
- Fortalecer e ampliar parcerias com institutos e universidades federais para a formação técnica em gestão territorial e ambiental.
- Dar continuidade e implementar os PGTAs nas escolas e nas aldeias por meio de oficinas que contribuam para elaboração de instrumentos de gestão.

#### **6. Cultura – valorização do patrimônio cultural material e imaterial**

- Promover a capacitação para manutenção e conservação dos sítios arqueológicos e locais sagrados, instrumentalizando o conhecimento sobre esses lugares para a luta pela terra.
- Promover a proteção das referências simbólicas ambientais do território e o enriquecimento de espécies nativas importantes para os rituais.
- Valorizar as línguas indígenas como patrimônio imaterial, reconhecendo os nomes dos lugares sagrados nas línguas.
- Obter o reconhecimento de espécies nativas da fauna e da flora como patrimônio cultural do Cerrado e da Caatinga.
- Realizar intercâmbios entre povos indígenas para fortalecimento da cultura.
- Ampliar e qualificar a discussão de propriedade intelectual dos povos indígenas a partir do Eixo da PNGATI.

#### **7. Regularização fundiária**

- Reconhecer o PGTA como forma de assegurar as demarcações.
- Cobrar agilidade nos processos de regularização fundiária, ampliação, demarcação no âmbito do Cerrado e da Caatinga.
- Apoiar a elaboração e execução de PGTAs em territórios não regularizados.
- Fortalecimento da Funai e das alianças e parcerias com o MPF e governos estaduais.

#### **8. Impactos dos grandes empreendimentos**

- Criar instrumentos independentes de formação política e jurídica para os povos indígenas sobre licenciamento ambiental.
- Dar mais visibilidade aos impactos culturais nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e RIMA.
- Fortalecer as consultas públicas respeitando o artigo 6º da Convenção 169.
- Apoiar a elaboração de protocolos de consulta de acordo com cada povo indígena.
- Legitimar consultas que sejam feitas respeitando o tempo e de acordo com a forma de organização de cada povo, e que garantam plena participação das populações impactadas.

- Trabalhar a dimensão da qualidade de vida e do bem viver nos processos de licenciamento.

## 9. Saúde e meio ambiente

- Fortalecer a medicina tradicional.
- Conscientizar sobre uso de agrotóxico e estimular produção agroecológica.
- Fortalecer e reconhecer o trabalho das parteiras tradicionais e seus conhecimentos e uso de ervas medicinais.
- Garantir que os estabelecimentos de saúde de média e alta complexidade prestem atendimento aos indígenas respeitando o modo de ser de cada povo indígena.
- Usar o PGTA como instrumento de diálogo para fortalecer a parceria com a SESAI e assegurar a autonomia dos povos indígenas no controle social, na gestão participativa e no bem viver das comunidades.

Nós, povos indígenas da Caatinga e do Cerrado, reunidos no Seminário Desafios Gestão Ambiental e Territorial no Cerrado e Caatinga em Brasília entre os dias 25 a 27 de setembro de 2018, julgamos ser fundamental o atendimento das demandas acima elencadas, assim como o apoio das instituições governamentais e não governamentais à continuidade da elaboração de instrumentos de gestão e à implementação desses instrumentos. O apoio e execução dessas iniciativas são de extrema importância tanto para PNGATI, uma vez que a execução significa seu fortalecimento, quanto às comunidades e Terras Indígenas.

### *Organizações indígenas e indigenistas*

APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo  
 Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO  
 Conselho Indígena Tremembé do Córrego das Telhas - CITCT  
 Instituto Etnoambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV  
 Organização Indígena Tronco Velho Pankararu  
 Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI  
 Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES  
 Centro Maranhense de Estudos Sócio-Ambiental e Assessoria Rural - CEMEAAR  
 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC - Goiás  
 Instituto Yukamaniru de apoio às mulheres indígenas Kurâ Bakairi  
 Operação Amazônia Nativa - OPAN  
 Organização Indígena Aldeia Ktepo Xerente - OIAKX  
 Associação Indígena Xavante Norotsu'rá - ASIXNOR

Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova – ACIAN-MA  
 Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins  
 Associação Comunitária Indígena Wirazu  
 Conselho dos Índios Tremembé de Queimadas – CITQ  
 Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira – SITCOJOP  
 Associação Comunitária da Aldeia Malhador Kapinawa  
 Associação do Pequenos Agricultores Indígenas Kapinawá - APAIK  
 ETHNOS Socioambiental  
 Instituto Terena de Educação Intercultural – ITEDI  
 Conselho do Povo Terena  
 Centro de Trabalho Indigenista – CTI  
 Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN

### *Instituições Governamentais*

Fundação Nacional do Índio – FUNAI  
 Ministério do Meio Ambiente – MMA

Lista de Presença do Seminário Desafios da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Cerrado e na Caatinga

*Seminário Desafios da Gestão Territorial e Ambiental de  
Terras Indígenas no Cerrado e na Caatinga  
25 a 27 de Setembro 2018*

NOME	INSTITUIÇÃO	CONTATO	ASSINATURA
Adelle Azevedo Ferreira	ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL CO-PRODUZIDO - ADELCO		Adelle Azevedo Ferreira
Ana Paula Do Nascimento	CITCT/ETHNOS	88997752721	Ana Paula do Nascimento
Artema Santana Almeida Lima	OPAN	65-81524126	Artema Lima
Cleidiane Castro De Oliveira	INSTITUTO ETNOAMBIENTAL E MULTICULTURAL ALDEIA VERDE	88 99706 24 89	Cleidiane Castro de Oliveira
Cleidson Pereira Marinho	CENTRO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAL E ACESSORIA RURAL - CEMEAAR	99 98104 1430	Cleidson Pereira Marinho
Darlene Yaminalo Taukane	INSTITUTO YUKAMANIRU DE APOIO ÀS MULHERES INDÍGENAS BAKAIRI	66-999-763105	Darlene
Dorvalino Augusto Da Silva Tapuio	REPRESENTANTES DOS TAPUIO (PUC-GO)	16219	Dorvalino Augusto da Silva Tapuio
Fabriciane Pereira Oliveira	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA - ANAI	38-95310758	Fabriciane Pereira Oliveira



ISPN  
INSTITUTO SOCIEDADE,  
POPULAÇÃO E NATUREZA



Empreendedorias e ações  
Fortalecendo nações.



FUNDO CLIMA



Ministério do  
Meio Ambiente

Ministério da  
Justiça

Governo Federal

Gabriel Silva Padrazzoni  
CÍCERO DA SILVA SOUSA

CGGAM/FUNAI 6184668246  
CR NORDESTE II 85-99922-8896

Gabriel S.P.

Cosme Leite

Alcides Manoel Trêzê 66984063502

Edwardo Santos G. Monteiro

CR Xavante 66 99637 1336

Clara Teixeira Finari  
VERA OLINDA SENA DE PAIVA

CGGAM/FUNAI 61 986030423  
CGGAM/FUNAI 61 32476812

Clara Finari  
Vera Sena

Valéria do S. Moura de Oliveira

CGGAM/FUNAI 61 3247-6815

Claudia Franus  
Maurício Tróvão de Almeida

INSTITUTO  
ALDEIA VERDE 61-999865019  
TUNCI 61 982429880

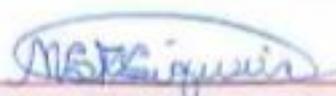
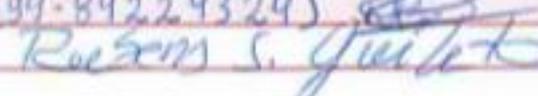
Maurício Tróvão de Almeida

RODRIGO COIMBRA EGUFO

CR CUIABA - FUNAI 65 3644-1719  
CGACI FUNAI

Isabel Godoi

*Seminário Desafios da Gestão Territorial e Ambiental de  
Terras Indígenas no Cerrado e na Caatinga  
25 a 27 de Setembro 2018*

Maria Do Socorro França De Siqueira	REPRESENTANTES DOS KAPINAWÁ (CENTRO LUIS FREIRE)	(87) 99634-2325 SocorroKapinawa@gmail.com	
Mateus De Castro Ferreira	INSTITUTO ETNOAMBIENTAL E MULTICULTURAL ALDEIA VERDE	(88) 8105-2648 mateuscastro@aldeiaverde.org.br	
Robério Francisco Maia Da Silva	REPRESENTANTES DOS KAPINAWÁ (CENTRO LUIS FREIRE)		
Ronaldo Santiago Lopes	CITCT/ETHNOS	(86) 99862-8774	
Rosana Cristina De Avelar	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES	(33) 98647-4821	
Sergio A. C. Teodoro Manoki	OPAN		
Sinéia Bezerra Do Vale	CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA - CIR		
Valdete Brupahi Xerente	ORGANIZAÇÃO INDÍGENA ALDEIA KTEPO XERENTE - OIAKX	valdetebrupahi@hotmail.com	
Wellington Vieira Brandão Tapuio	REPRESENTANTES DOS TAPUIO (PUC - GO)	(61) 986446631	
Dorli Bandeira Com - Xi	TI GOVERNADOR	Dorli Bandeira Com (99-84224324)	
Rubens Sansão Guileto	TI GOVERNADOR	(99) 98461-3809	



Manoel J. Lima - MMA - 61 2028 1090 Manfria

Rodrigo Augusto Medeiros - MMA R Medeiros

Isai Samario Tucumã AYSNOR 1661981241868

ANTONÉ LUIZ SANTOS DE OLIVEIRA - FUNAI - 61-98114-8584.

JALTON ALVES BRILLO - RODOV. XAVANTO MOKONATSID.

RODRIGO PADUA RODRIGUES CHAVES - INSTITUTO ALDEIA VERDE - 61. 996812592 ROD

Claudia Bandeira - FUNAI/CGAC - 61.981055315

*Seminário Desafios da Gestão Territorial e Ambiental de  
Terras Indígenas no Cerrado e na Caatinga  
25 a 27 de Setembro 2018*

Hesukamekwa Da Mata De Brito	ORGANIZAÇÃO INDÍGENA ALDEIA KTEPO XERENTE - OIAKX	(65) 98501-7254	<i>Hesukamekwa</i>
Isabel Fróes Modercin	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AÇÃO INDIGENISTA - ANAÍ		<i>Isabel Fróes Modercin</i>
João Cassimiro Do Nascimento Neto	REPRESENTANTE DA TERRA INDÍGENA TAPEBA - ACITA (ADELCO)	(85) 9 8567-5221	<i>João</i>
José Inácio Silva Alves	CENTRO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAL E ASSESSORIA RURAL - CEMEAAR		
José Itamar Teixeira Barbosa	CITCT/ETHNOS	(88) 999691472	<i>José Itamar D. Teixeira</i>
Leticia Helena De Oliveira Ferreira - Kaxixó	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES	37. 99937 3219	<i>Leticia Helena de Oliveira Ferreira</i>
Magno Amaldo Da Silva	INSTITUTO YUKAMANIRU DE APOIO ÀS MULHERES INDÍGENAS BAKAIRI	66 999095418	<i>Magno Amaldo</i>



Rodrigo Paranhos Faleiros FUNAI 3247 6900

Rodry

Isabel Fróes Modulin ANAÍ 71 99990-5283 Isabel Fróes Modulin

# Seminário Desafios da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Cerrado e na Caatinga

25 a 27 de Setembro 2018

João Carneiro Bandeira Gavião	TI GOVERNADOR	99192444-9328	João Carneiro Bandeira Gavião
Carlos Lisboa Travassos	ASSESSOR TÉCNICO TI CARU		
Rosilene Guajajara De Sousa	TI CARU		
Antônio Wilson Guajajara	TI CARU		
José João Woopoc Canela	ESCALVADO	(99) 984699473	Woopoc Canela
Olimpio Tute Canela	TI PORQUINHOS		Olimpio Tute Canela
Paulo Thugran Canela	TI PORQUINHOS	99198806-1449	Paulo
Arlete Bandeira	WYTYCATE TIMBIRA		
Renan Henrique Chaves Messias	ASSESSOR TÉCNICO KANELA	99.991616864	Renan
Vladimir Rodiporo Canela	ESCALVADO	98415 3369	Vladimir
CÉLIO FRANCISCO FIALHO	ASSOC. AÇU	(67) 996154289	Celio Francisco Fialho
Gilberto Pires	KADINEU	(67) 981703602	Gilberto Pires
Alexandra do Almeida Matos	FUNAI/CRMG/ES	3555445362	Alexandra do Almeida Matos
Christiane Gomes Juliano	Tronco Velho Pankararu	(99) 98411-6209	Christiane Gomes Juliano
Guana Bárbara Gomes de Oliveira	Tronco Velho Pankararu	(81) 99620-0507	Guana Bárbara Gomes de Oliveira
SABARU	TINGUI Bolo		
Elisa Maria Monteiro da Silva	KADINEU		Elisa Maria Monteiro da Silva
Lígia Rodrigues de Almeida	CB Anaguaiá-trantem	(11) 95871-2419	Lígia Almeida

LUCIANO NAVA

CR- MARANHÃO - FUNAI

186199858-6171

Luciano Nava

Lucas Grisolia

FUNAI - CGSAM

(61) 3247-6813

Lucas Grisolia

Amaude Fernandes

Foart

(61) 796818914



ISPN  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
POPULAÇÃO E NATUREZA



Programa Nacional de  
Fortalecimento das  
Terras Indígenas



Ministério do  
Meio Ambiente

Ministério da  
Justiça

Governo Federal

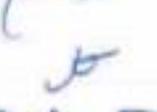
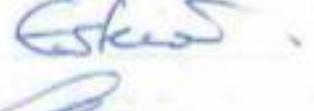
Messandro Oliveira	ISP.N/WB	61 981930311	
Simeia do Vale	CIR / RR	95 981045385	
Jaine Siqueira	CTI	(61) 98179-2188	
Robert Miller	Olhar Etnográfico	(61) 99963-7126	
Luiz C. T. Tseramenwa	ASIXNOR	(66) 981267664	
Marcelino Sorinka	FUNAI	(82) 99979-6639	
Priscila Pessoa Chianca	CTI	61 9 9870-7532	
Andri e Duarte	(CASH) Fundi	61 9963-4324	
JANIO N. DE AQUINO	MMA	61 99483 9855	
Estevão Bororo Tam Kame	CIMC	64-9-9930-9297	
Paulo G. Travassos	A.I.C. WIRAZU	61 99911 9655	
Luiz Moan	A.I.C. WANAPI	61 99871 9655	
André-Alexandre Toporoff	FUNAI	(66) 3247-6818	





Foto 3- Grupo Maranhão em atividades



Foto 4 – Apresentação do Projeto TI Governador - Gavião



Foto 6 – Mapas produzidos durante a realização das atividades do PGTA



Foto 7 – Roda de conversas para fechamento das atividades do PGTA



Foto 8 – Grupo indígena Maranhão e assessores

